SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/11/2015 - Instituto Telecom

Mais presentes de Natal para as operadoras

Depois do perdão das multas, o pacote de bondades pode incluir menos regulação

Na mesma semana em que a Anatel propôs a troca das multas por investimentos nas redes, a representante do Ministério das Comunicações, Miriam Wimmer, aproveitou uma mesa de debates durante o Fórum de Governança da Internet (IGF 2015), na Paraíba, para defender a redução nas regras impostas às operadoras.

Segundo Miriam, para aumentarmos a inclusão digital no Brasil não podemos aumentar as regras para as chamadas Over The Top, por exemplo, Facebook ou Google, mas sim reduzir as regras sobre as operadoras de telecomunicações. "As OTTs trazem a inovação e se elas forem fortemente reguladas, será uma saída ruim para a internet", afirmou a representante do Minicom. Em síntese: o pacote de bondades começou com um presente de R$ 8,4 bilhões e pode continuar com um afrouxamento das regras.

Essas propostas só reforçam a ideia de que tem muita gente segue acreditando na mão invisível do mercado para gerir recursos com eficiência. Ora, se não fosse por imposição regulatória, as concessionárias não teriam feito nem a metade do que foi realizado. Ou alguém acredita que elas se preocupariam com as regiões mais longínquas e menos rentáveis do país?

Nós, do Instituto Telecom, ficamos bastante preocupados com esses dois movimentos às vésperas da renovação dos contratos de concessão assinados pelas operadoras e a Anatel. E ainda mais porque as concessionárias têm combatido intensamente o capítulo que impõe a elas implantarem backhaul, em fibra ótica, em todos os municípios que ainda não o possuem.

Vale lembrar ainda que até hoje não houve qualquer manifestação acerca da proposta entregue pela Campanha Banda Larga é um Direito Seu aos ministros das Comunicações Paulo Bernardo e Ricardo Berzoini, de universalização da banda larga. A proposta prevê a banda larga em regime público e isso não se confunde de maneira nenhuma com estatização. A questão é impor regras claras de universalização e qualidade a um serviço considerado essencial, como é a banda larga.

O Instituto Telecom reconhece que o debate é complexo. Mas, não será com medidas como a de reduzir o papel do Estado que equacionaremos o problema. Aliás, para não esquecer: por que o Ministério das Comunicações não convoca o Fórum Brasil Conectado, espaço no qual todos os setores, inclusive a sociedade civil teria a oportunidade de debater a universalização da banda larga?

17/11/2015 - Instituto Telecom

Anatel exclui 20 lotes do leilão de sobras

A Anatel excluiu em torno de 20 lotes do leilão das sobras das faixas de 1,8 GHz, 1,9 GHz e 2,5 GHz. A justificativa é de que a faixa de 2,5 GHz nas bandas T (15 MHz) e U (35 MHz) nesses municípios está ocupada.

Os municípios excluídos estão nos estados do Amapá, Pernambuco, Bahia, Goiás e Santa Catarina. Segundo a agência, a planilha dos lotes já foi alterada.

O leilão está marcado para o dia 17 de dezembro. Mas as propostas precisam ser entregues na Anatel no dia 10 de dezembro.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/11/2015 - Instituto Telecom

Participação de telecom no índice Bovespa caiu de 45% para 3% em 15 anos

O setor de telecom perdeu representatividade no setor financeiro, de acordo com comparativo divulgado pelo analista da Credit Suisse, Daniel Federle, durante o 8º Seminário TelComp, que acontece nesta segunda, 16, em São Paulo. Segundo o estudo, em 2000 a indústria de serviços de telecomunicações representava cerca por volta de 45,5% no Índice Bovespa, contra 3% em 2015.

A explicação para isso, segundo Federle, é a relação entre crescimento de investimento e redução na receita. O desempenho operacional do setor, que mostra tendência de estagnação (TV paga) ou queda (serviço móvel), ele diz, são sinais de impacto da crise e do amadurecimento do mercado. E isso tem o seu preço. "Esperamos uma receita combinada (das operadoras) crescendo praticamente nada em 2015, com uma inflação a 10%, isso chama atenção", declara. Também destaca as novas precificações das empresas, com promoções focadas em dados e em práticas de zero-rating.

O analista da Credit Suisse ressalta a necessidade de crescimento de investimentos para atender à demanda de dados, mesmo que a receita caia. "O retorno tem diminuído significativamente, o setor não opera com retorno acima do custo de capital, e isso para o investidor não é algo muito positivo."

A indústria tem se movido para combater essas tendências. Ele lembra recentes movimentos de compartilhamento de infraestrutura, como RAN sharing (espectro) e compartilhamento de fibra. "Veremos algumas dinâmicas de compartilhamento de rede, imaginamos que terá maior esforço nos próximos anos, ou então mudança mais profunda no setor, como a consolidação do mercado móvel", especula, usando como base a avaliação que quanto maior o market share, maior a margem de EBTIDA (lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação).

Presidente da Nextel confirma interesse pelo leilão de frequência da Anatel

O presidente da Nextel, Francisco Valim, confirmou hoje, 16, o interesse da Nextel em participar do leilão de frequências da Anatel, que irá ocorrer no dia 17 de dezembro. Para o executivo, embora os valores dos Lotes A e B estejam com preços do megabyte até 4 vezes mais caros do que o do último leilão realizado pela agência reguladora, esta elevação não tem muita importância, tendo em vista que não haverá qualquer obrigação de cobertura. "Nós vamos para o leilão", afirmou o executivo, que participa do Seminário Telcomp 2015.

Conforme o edital lançado pela Anatel, o valor da frequência de 1,8 GHz – ou de 1.800 MHz, de maior interesse, é a da região metropolitana de São Paulo, que está sendo vendida por R$ 449,8 milhões, o preço mínimo. Esta sobra de espectro, que era de propriedade da Unicel, empresa que entrou em falência, é importante para a Nextel, que tem apenas frequência de 3G no interior do estado de São Paulo.

A Nextel disputa praticamente sozinha esta faixa de 10 MHz, já que as operadoras de celular aqui instaladas – Claro, Vivo, Oi e TIM estão proibidas, pelas regras da Anatel, de comprar esse espectro pois iria extrapolar o limite máximo de espectro de cada uma.

O executivo não quis adiantar porém, se a empresa só irá comprar este espectro e outras pequenas faixas que sobraram ou se vai tentar adquirir lotes em outras faixas, como as de 2,5 GHz FDD ou mesmo de 2,5 GHz TDD. "Não vou falar a estratégia da empresa", completou ele.

Para Valim, é fundamental que haja maior compartilhamento de infraestrutura entre as operadoras brasileiras. " A prova de que temos muito pouco interesse de compartilhamento no mercado brasileiro é o número de MVNOs que existem – apenas dois, contra centenas nos Estados Unidos", concluiu.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/11/2015 - Rede Brasil Atual

Lei das Estatais, uma nova ameaça à Caixa 100% pública

Fui surpreendida – como, acredito, muitos também o serão ao ler esse artigo – pela notícia de que tramita no Senado um projeto chamado Lei de Responsabilidade das Estatais que, entre outras medidas, coloca em risco mais uma vez a Caixa 100% pública. Aprovado há duas semanas pela comissão mista criada em junho pelos presidentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal, deve ser votado no Senado nos próximos dias, o que torna urgente a divulgação de seus riscos e a mobilização do movimento sindical e sociedade.

A Lei de Responsabilidade das Estatais é um substitutivo ao PL 167 de 2015, do senador Tasso Jereissati, e uma referência ao PLS 343, também deste ano, do senador Aécio Neves, ambos do PSDB. Sob pretexto da "transparência" na condução das estatais, o projeto agora em curso traz em suas normas gerais a determinação de que "empresa pública e sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima". Ora, das grandes empresas estatais brasileiras, a Caixa está entre as poucas que não têm seu capital aberto nem figuram como de economia mista.

Desde que foi promulgada a Constituição Federal de 1988 foram definidos os limites de exploração de atividades econômicas pelo Estado. Apenas por lei específica pode ser constituída uma empresa pública ou sociedade de economia mista, ou ainda autorizada a criação de subsidiárias. Uma emenda constitucional passou a exigir que seja estabelecido, por lei, um estatuto jurídico próprio para as empresas estatais que exploram atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou serviços. Mas essa lei até hoje não foi editada, o que abre espaço para que, de forma antidemocrática e na surdina, regras equivocadas e que prejudicam o patrimônio dos brasileiros sejam aprovadas.

Todos que têm memória sabem que governos do PSDB são adeptos de privatizações indiscriminadas, sucateando empresas para depois vendê-las. Segundo dados divulgados em artigo publicado pelo site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), desde 1990 cerca de 122 estatais foram vendidas. Hoje existem aproximadamente 150 empresas estatais federais, atuando em setores essenciais como petróleo, energia, comunicações, gestão de portos e aeroportos, financeiro, saúde, tecnologia agrícola, abastecimento e armazenamento, transporte ferroviário, indústria, defesa, entre outros, com mais de 461 mil empregados permanentes e outros 310 mil temporários ou terceirizados.

Agora, os autores do projeto querem que as empresas estatais que restaram abram seu capital e adotem os modelos de gestão de empresas privadas, regras da Bolsa de Valores, valores de mercado e tudo isso sem nenhum debate com a sociedade. O projeto também altera as regras para a indicação dos membros dos conselhos de Administração e os mandatos – prevê no mínimo 20% de conselheiros de Administração independentes – e, nas empresas com capital social acima de R$ 1 bilhão, que a indicação dos conselheiros deixe de ser prerrogativa do Executivo e passe a ser do Senado.

Aqui é preciso destacar: o que seriam, exatamente esses "conselheiros de administração independentes"? A designação é vaga e não traz nenhuma certeza de idoneidade. Muito mais eficaz, e realmente democrática, foi a legislação criada em 2010, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um marco que permitiu aos trabalhadores das estatais eleger seus representantes para os conselhos de administração das empresas – como, sabemos, de fato ocorreu na Caixa e outros locais de trabalho.

Leia mais em:

http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2015/11/lei-das-estatais-uma-nova-ameaca-a-caixa-100-publica-8585.html

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/11/2015 - Vermelho

Lucro de um mês da Samarco paga multa do Ibama por tragédia

O rompimento das barragens da Samarco em Minas Gerais tirou vidas, provocou destruição ambiental, devastou cidades e deu novo significado à expressão mar de lama. Entre a multa estipulada pelo Ibama e recursos para a reconstrução de Bento Rodrigues, a empresa foi instada a pagar R$350 milhões. O valor parece irrisório não apenas pelo tamanho da tragédia, mas pelo volume de recursos movimentado pela companhia. A Samarco lucrou, só ano passado, 2,8 bilhões – 8 vezes o que terá que pagar.

Nesta segunda (16), o diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, anunciou que o seguro da Samarco referente à responsabilidade civil sobre o rompimento de barragens não será suficiente para pagar gastos com recuperação de áreas atingidas e multas. Segundo ele, contudo, a apólice contempla valor "expressivo" para cobrir danos materiais e a interrupção dos negócios da companhia.

Mesmo que tivesse de tirar de suas gordas contas bancárias todos os gastos, dinheiro não parece ser exatamente um problema para a Samarco. De acordo com matéria do Estado de Minas, bastariam 32 dias para a Samarco lucrar o equivalente à multa preliminar aplicada pelo Ibama à mineradora, de R$250 milhões.

Para ter uma ideia, sós para comprar frota de veículos própria para a Samarco, foram gastos R$ 150,5 milhões. O montante supera os R$ 100 milhões estimados preliminarmente pelo prefeito de Mariana, Duarte Júnior (PPS), para reconstruir duas escolas, 15 pontes, 50 passarelas para travessias de córregos e 250 casas destruídas.

A movimentação financeira das empresas que controlam a Samarco também supera e muito a dívida de R$ 350 milhões acumulada até agora com a tragédia, que terá impactos ainda por muitos e muitos anos. Mesmo em meio à crise econômica do Brasil e com a redução do preço do minério, tanto a Vale quanto a BHP Billiton têm conseguido se manter estáveis.

Este ano, a Vale acumulou receita líquida de R$ 62,8 bilhões. No último trimestre, ela foi de R$ 23,3 bilhões. Já a gigante BHP Billiton, maior mineradora do mundo, registrou lucro de US$ 6,4 bilhões de junho de 2014 a junho deste ano. A empresa, que divide com a Vale os capitais da Samarco, estipulou a meta de investimento de US$ 8,5 bilhões até junho do próximo ano.

Multa do Ministério Público

O Ministério Público (MP) de Minas Gerais informou nesta segunda (16) que fechou um acordo com a Mineradora Samarco para pagamento de caução socioambiental de R$ 1 bilhão por conta do rompimento as duas barragens.

Segundo o MP, o dinheiro deve ser usado para garantir custeio de medidas preventivas emergenciais, mitigatórias, reparadoras ou compensatórias mínimas. Em nota, o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto informou que os valores necessários para as ações poderão ser maiores.

"Porém, o termo estabelece uma garantia jurídica concreta, que não existia até então, de que os valores iniciais emergenciais estão resguardados."

De acordo com o MP, quem vai gerir e aplicar os recursos em ações é a própria Samarco. Mas o termo estabelece que os gastos deverão ser auditados por empresa independente escolhida escolhida pela promotoria.

Juntos, todos valores devidos pela Samarco - computando-se as multas do MP e do Ibama, mais verba para recosntrução - não chegam nem à metade do lucro da empresa em 2014. O saldo desta conta resulta ainda em 1,45 bilhão de lucro para a Samarco e em um prejuízo imensurável para as cidades e populações atingidas, bem como ao meio ambiente.